

NOVO GOVERNO

PL tenta atrasar votação da PEC

Partido pretende requerer audiência pública antes da primeira votação da proposta e quer limitar extrateto a R\$ 80 bilhões

» VICTOR CORREIA

A base do presidente Jair Bolsonaro (PL) no Congresso quer limitar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que tramita no Senado, a um valor de, no máximo, R\$ 80 bilhões. Parte dos parlamentares bolsonaristas defende um montante ainda menor, de R\$ 52 bilhões, suficiente apenas para manter o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600. Como não foi ouvido antes de a PEC ser protocolada, o PL se movimentou, também, para travar a tramitação do texto, ao pedir uma audiência pública com especialistas antes da primeira votação.

O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PT-PA), anunciou, ontem, que a PEC deve ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no plenário do Senado na quarta-feira. Em seguida, enviada à Câmara. "Ainda está passando por um processo de negociação, que está sendo comandado pelo presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP). Na terça-feira, deverá ter uma sessão de debate e de proposições para entrar no meio de negociações, e vai ao plenário. Porque o objetivo é votar na quarta-feira para mandar imediatamente para a Câmara", disse Rocha.

Por sua vez, o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), criticou a tramitação acelerada do texto. "A gente precisa debater na CCJ, trazer especialistas e mostrar os impactos. Acho muito otimista essa previsão", afirmou. "Pode até passar na CCJ, num atropelo, mas no plenário vão ser necessários 49 votos. Então, é bom fazer a conta direito", alertou.

O entendimento da base de Bolsonaro é de que o novo governo tenta passar um "cheque em branco" com a proposta original de excepcionalizar R\$ 198 bilhões do teto de gastos por um período de quatro anos. Se a intenção é manter o valor de R\$ 600 do benefício, dizem parlamentares, bastam R\$ 52 bilhões. Os mais generosos sustentam que R\$ 80 bilhões seriam suficientes, também, para cobrir outros programas importantes, como o Farmácia Popular.

"Para que um cheque de R\$ 198 bilhões?", questionou ontem, na tribuna da Câmara, o deputado Dr. Frederico (Patriota-MG). "Isso vai gerar desemprego, diminuição de renda, desigualdade social e falta de transparência. Com R\$ 80 bilhões, se resolve tudo. E isso é um gasto fora do teto, não pode ter validade indeterminada, nem de quatro anos. É anual", completou.

A base de Lula já deixou claro que não vai abrir mão de, pelo menos, R\$ 150 bilhões extrateto. Os relatórios do governo de transição apontam grave desmonte e falta de recursos em todas as áreas estratégicas.

"Precisamos rever os recursos do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação. Senão, o país entra em uma situação de ingovernabilidade", argumentou o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG). Há negociação, porém, por um prazo de vigência inferior a quatro anos. "Ao internalizar essas despesas no Orçamento de 2023, elas se tornarão obrigatórias no Orçamento de 2024. Por isso, é impossível falar em aprovar (a PEC) por um ano. Nenhuma economia sem previsibilidade se sustenta dessa forma", acrescentou.

Reprodução/Twitter



Geraldo Alckmin e Ibaneis Rocha, no encontro de ontem: reunião abordou festa e segurança para a posse



Recebi o vice-presidente eleito do Brasil, Geraldo Alckmin, e a futura primeira-dama, Janja, para discutir a cerimônia de posse do presidente Lula aqui em Brasília, em 1º de janeiro de 2023. Trabalharemos para que a cerimônia aconteça da melhor forma"

Ibaneis Rocha, governador do DF

Reunião para tratar da posse de Lula

» INGRID SOARES

A futura primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, se reuniu, ontem, com o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), e com o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB). Nas redes sociais, ela relatou ter tratado de detalhes sobre as comemorações da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

No texto, ela disse que agradeceu "a disponibilidade do governo distrital e das instituições responsáveis para o sucesso da

realização da posse e do Festival do Futuro".

Também estiveram na reunião o delegado da Polícia Federal Andrei Passos, do grupo de transição de Lula, e o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Júlio Danilo Ferreira.

Ibaneis, que apoiou a reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL), também publicou fotos sobre o encontro e destacou "trabalhar para que a cerimônia aconteça da melhor forma".

"Nesta manhã, recebi o vice-presidente eleito do Brasil,

Geraldo Alckmin, e a futura primeira-dama, Janja, para discutir a cerimônia de posse do presidente Lula aqui em Brasília, em 1º de janeiro de 2023. Trabalharemos para que a cerimônia aconteça da melhor forma", informou.

No encontro, também foi abordado o esquema de segurança, que envolverá, além de policiais federais, equipes de esquadrão antibombas e snipers.

Janja é a responsável pelos preparativos de comemoração da posse. Na quarta-feira, ela anunciou que está fechando a

lista de atrações para o evento batizado de Festival do futuro. Estão confirmados Pablo Vittar, Baiana System, Duda Beat, Gabby Amarantos, Martinho da Vila, Os Gilsos, Chico César, Luedji Luna, Tereza Cristina, Fernanda Takai, Johnny Hooker, Marcelo Jeneci, Odair José, Otto, Tulipa Ruiz, Almério, Maria Rita e Valesca Popozuda. Nomes como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Ludmilla e Emicida também foram chamados, mas ainda não confirmaram presença. (Leia mais na página 18)



Aqui tem gente.

Aqui tem vida.

Aqui tem Unimed.

O maior sistema cooperativo de médicos do mundo está aqui.

Somos vizinhos, conterrâneos e profissionais de saúde. Uma rede de pessoas que vive o dia a dia das nossas cidades e se dedica para levar cuidado, tranquilidade e qualidade de vida a cada canto do Brasil. Cooperamos para uma vida melhor.

Unimed

unimednacional.coop.br

